



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682577 - SC (2021/0233787-0)

RELATOR : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : ADRIANO SBARAINI
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ADRIANO SBARAINI em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Apelação Criminal n. 0002144-45.2018.8.24.0042/SC).

O paciente foi condenado à pena de 3 meses de detenção no regime aberto, como incurso nos arts. 129, § 9º, do Código Penal, na forma da Lei n. 11.340/2006.

O impetrante sustenta que o crime de ameaça deveria ser absorvido pelo de lesão corporal em ambiente doméstico, em razão da aplicação do princípio da consunção.

Afirma que não se tratariam de delitos autônomos, porque eventuais ameaças proferidas no *iter criminis* da lesão corporal não desbordariam o roteiro ordinário deste crime no âmbito da violência doméstica, acrescentando que o único desígnio do réu era lesionar a companheira, sendo as ameaças apenas reflexos da animosidade no momento da agressão.

Requer, liminarmente, a suspensão dos efeitos da condenação até o julgamento definitivo do *writ*, e, no mérito, pugna pela concessão da ordem para que o paciente seja absolvido do delito de ameaça.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado depreende-se que foram declinados os fundamentos para a condenação do paciente pelo crime de ameaça, afastando-se a aplicação do princípio da consunção (fl. 48):

[...]

Ademais, como bem salientou a ilustre Procuradora de Justiça em seu parecer (evento 12) "diferentemente do entendimento do Mm. Magistrado Singular, não há falar em princípio da consunção entre os delitos, pois os objetos jurídicos tutelados pelos tipos penais em questão são distintos: enquanto na lesão corporal a proteção recai sobre a incolumidade física, no crime de ameaça é protegida a tranquilidade psíquica da pessoa, sendo o primeiro de cunho material e o segundo de cunho formal, isto

é, para a consumação do delito de ameaça basta a intimidação da Vítima, não se exigindo, portanto, a concretização do injusto, como acontece na hipótese do art. 129, § 9º, da Lei Penal" (*grifou-se*).

Assim, incontestemente de dúvida a prática do delito de ameaça perpetrado pelo acusado, motivo pelo qual se impõe a reforma do decisum neste ponto.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência